

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

I - CONTEXTO OPERACIONAL

NOTA 01

CASA DE CARIDADE DE PIRAI, é uma Associação sem fins lucrativos e econômicos, imune de impostos e contribuições para seguridade social, de caráter beneficente de assistência social com atividade preponderante na área de saúde, conforme artigos 1º e 2º do Estatuto Social, com Título de Utilidade Pública Federal, conforme decreto nº 949, Título de Utilidade Pública Estadual, conforme decreto nº 329, Título de Utilidade Pública Municipal, conforme decreto nº 19, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), na área de saúde válido até 31 de dezembro de 2024, conforme portaria SAES/MS nº 917 de 10 de novembro de 2023. Têm como finalidade estatutária, prestar serviços de saúde.

II - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

NOTA 02

As demonstrações Contábeis estão sendo elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e atendendo às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade –NBCT TG07, CFC nº 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros e revogar as Resoluções CFC nº 837/99,838/99,852/99,87/00,926/01 e 966/03, publicadas no DOU., Seção I, de 2/3/99,25/8/99,20/4/00,3/1/02 e 4/6/03, respectivamente, CFC nº 1.152/2009 que aprovou a NBCT 19.18- Adoção Inicial da Lei nº 11.638/2007 e da Medida Provisória nº 449/2008 que alterou artigos da Lei 6.404/76 e especialmente a Resolução CRC n.º 877/2000, que aprovou a NBC T 10.19 – Entidades Sem Fins Lucrativos, Resolução CFC Nº 686/90 e alterações, que aprovou a NBC T 3.3 - Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC Nº 758/93, que aprovou a NBC T 8 - Das Demonstrações Contábeis Consolidadas e Resolução Nº 66, de 16 de abril de 2003 do Ministério da Assistência e Promoção Social – Conselho Nacional de Assistência Social e demais disposições adotadas por entidades sem fins lucrativos.

III - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

NOTA 03

A prática contábil é adotada pelo regime de competência;

NOTA 04

Na disponibilidade de Caixa, registra os recursos de liquidez imediata;

NOTA 05

Na disponibilidade de Bancos Conta de Movimento, estão demonstrados de acordo com as condições Bancárias, em conformidade com os registros contábeis, evidenciados pelos extratos de contas correntes bancárias, em suas respectivas datas de operações;



NOTA 06

Na disponibilidade de Aplicações Financeiras, estão demonstradas pelo valor da aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência;

NOTA 07

A entidade mantém a Provisão para Devedores Duvidosos, em montante suficiente para garantir as perdas prováveis de seus valores a receber, havendo conformidade com a NBC T 10.19.2.2;

NOTA 08

Registra-se no Ativo Não Circulante, os Bloqueios e Depósitos Judiciais, ocasionados por determinações judiciais, sendo observado seu prazo de realização favorável ou desfavorável;

NOTA 09

Os estoques do Balanço Patrimonial que se referem, são para as atividades de saúde, sendo para atendimento de seus pacientes. Estes estoques estão avaliados pelo custo (médio) de aquisição, que não supera o valor do mercado. Compõe o estoque: material de escritório, higiene e limpeza, lavanderia/rouparia, medicamentos, material hospitalar, material radiológico, material de conservação do prédio e gêneros alimentícios.

NOTA 10

O Ativo Imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, acrescido das adições ocorridas até o encerramento do Balanço, avaliação patrimonial de bens móveis e imóveis e as respectivas depreciações foram efetuadas em observância as taxas lineares aplicáveis a cada tipo de bem;



Os valores expressos no Ativo Imobilizado foram contabilizados retrospectivos para a data base, visando cumprir o previsto no item 24, do ICPC 10 (subscrito abaixo). Este laudo foi preparado de acordo com os dispositivos previstos no artigo 8º da Lei 6404/76.

“24 – Os possíveis efeitos da aplicação do custo atribuído (deemed cost)

Inicial apurados sobre o saldo do ativo imobilizado decorrentes dessa nova Avaliação, conforme descrito no item 23, devem ser contabilizados na abertura do primeiro exercício social em que se aplicar o pronunciamento técnico CPC 27, sendo as demonstrações contábeis apresentadas para fins comparativos ajustadas para considerar este novo custo atribuído.” **(Grifo nosso ...)**

Em Interpretação literal do item acima, e considerando que o primeiro exercício social que se aplica o CPC 27 é 2010 (comparativo com 2009), concluímos que a data base a ser utilizada é 1º de janeiro de 2010, que servirá para fins comparativos de 2011, data essa, em que se valendo do previsto na Resolução 1.319/10, que facultou, para o exercício de 2010, a elaboração e a divulgação de ajustes retrospectivos das demonstrações contábeis de exercícios anteriores para fins de comparação com as demonstrações contábeis do exercício de 2010, na forma prevista no item 3.14 da NBCT 19.41.

“Art. 1º Facultar, para o exercício de 2010, a elaboração e a divulgação de ajustes retrospectivos, com base na NBC t 19.41, das demonstrações contábeis de exercícios anteriores para fins de comparação com as demonstrações contábeis do exercício de 2010, na forma prevista no item 3.14 da NBC T 19.41, mantendo-se a obrigatoriedade da divulgação comparada com os valores das demonstrações contábeis do exercício de 2009”.



NOTA 11

A entidade têm seguro para cobrir morte natural, por invalidez ou morte por acidente de trabalho, dos empregados, conforme acordo coletivo da classe de saúde e seguro de manutenção do prédio;

NOTA 12

Os salários e Encargos Sociais estão apropriados em observância à folha de pagamento e registrados contabilmente de acordo com sua competência;

A Provisão de Férias está registrada de acordo com férias de cada funcionário, sendo calculado com base no salário da época acrescido de 1/3, e também com o provisionamento dos encargos;

NOTA 13

A entidade renegociou empréstimo consignado Caixa Hospitais em 03/2021 -84 parcelas, com término previsto do empréstimo consignado com a Caixa Econômica Federal em 04/2028, mantendo como garantia um saldo financeiro aplicado em CDB, no valor de R\$176.398,62;

NOTA 14

As demais obrigações estão registradas de acordo com as documentações pertinentes e contabilizadas de acordo com o regime de competência;

NOTA 15

O Patrimônio Social é apresentado em valores atualizados e compreende: Patrimônio Social, acrescido dos superávits/deficits, transferência de numerários, ajustes do exercício anteriores (ocorridos antes do encerramento do exercício) e ajustes de avaliação patrimonial, sendo observados os Princípios Contábeis adotados no Brasil e Norma Brasileira Contábil – NBC – T 10.19;

NOTA 16

As receitas da entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimentos, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As receitas estão apuradas, excetuando-se as inadimplências e/ou valores considerados incobráveis. As despesas da entidade são apuradas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais – fiscais;

NOTA 17

Eventualmente a entidade recebe doações de pessoas físicas e/ou pessoas jurídica. No ano de 2023 a entidade recebeu doações de pessoas física no valor de R\$3.808,12, de pessoa jurídica e em materiais diversos, no valor de R\$ 3.789,24, Do Ministério Público recebemos R\$ 73.267,11 para aquisição de mobiliários equipamentos hospitalar;

NOTA 18

Os serviços voluntariados foram prestados pelos diretores estatutários e registrados pela entidade em contas de resultado de acordo com horas prestadas;

NOTA 19

No ano de 2023 a entidade recebeu recursos de serviços contratualizados com a Secretaria Municipal de Saúde, para prestação de serviços aos usuários do SUS, no valor de R\$ 9.971.948,79, Incentivo Estadual UTI Pediátrica R\$540.000,00, Programa Estadual Opera RJ R\$45.353,37 e doações e subvenções/Contribuições/Auxílios, a saber:



Entradas de Recurso Público EM 2023

Tipo de Recurso Público	Subvenção Municipal	Contribuição Estadual - PAHI	AUXÍLIO MUNICIPAL	EMENDA PARLAMENTAR	AUXÍLIO FEDERAL	CONVENIO FNS/MS	Piso da Enfermagem	Rede Cegonha-Estadual	Total
Saldo Inicial	0	0,00	257.023,41	0,00	0,00	0,00		0,00	257.023,41
Subvenção Municipal p/ Custeio	36.178.638,71								36.178.638,71
Auxilio Municipal									0,00
AUXILIO GOVERNO FEDERAL					529.184,23				529.184,23
CONVENIO FNS/MS						204.149,00			204.149,00
Rendimento Financeiro	1.645,81	163,15	2.526,44	64,83	763,83	11.954,26	302,91	7,28	17.428,51
Contribuição Estadual Pahi		984.571,89							984.571,89
Incentivo Estadual Rede Cegonha								48.537,72	48.537,72
Complemento Federal Piso da Enfermagem							1.308.031,57	0,00	1.308.031,57
EMENDA PARLAMENTAR				1.232.679,12					1.232.679,12
REEMBOLSO DE DESPESAS	1.019.979,83	14.512,20		107.574,85	9.069,93			2.160,56	1.153.297,37
Total de entrada de recurso público	37.200.264,35	999.247,24	2.526,44	1.340.318,80	539.017,99	216.103,26	1.308.334,48	50.705,56	41.656.518,12
APLICAÇÃO DO RECURSO									
AÇÕES DE SAÚDE	35.673.650,16	25.824,43		610.187,05	307.066,46		1.043.061,77		37.659.789,87
INSUMOS/CUSTEIO	1.476.644,65	863.191,26		694.189,16	231.951,53		129,36	21.455,56	3.287.561,52
INVESTIMENTO		110.231,55	160.733,93	35.942,59		144.150,00		29.250,00	480.308,07
TOTAL DE APLICAÇÃO DO RECURSO	37.150.294,81	999.247,24	160.733,93	1.340.318,80	539.017,99	144.150,00	1.043.191,13	50.705,56	41.427.659,46
SALDO DO RECURSO PUBLICO EM 31/12/2023	49.969,54	0,00	98.815,92	0,00	0,00	71.953,26	265.143,35	0,00	485.882,07

Poder Público - repassados pela Secretaria Municipal de saúde de Pirai:

Os recursos público de subvenções , contribuições e auxílios foram contabilizados de acordo com os itens 8 a 15 da NBC TG 07 – recursos com restrições.

NOTA 20

A entidade continua em parceria com a Prefeitura Municipal de Pirai, para suprir despesas, recebendo mensalmente subvenções para custeios , salários e prestadores de serviço.

NOTA 21

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social demonstrados pelas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

NOTA 22

No atendimento ao disposto da lei 12.101 Decreto n.º 7237/10 , lei complementar 187 de 16/12/2021 a entidade no ano de 2023, atendeu mais de 60% (sessenta por cento) do total de seus atendimentos aos usuários do SUS , medido por paciente dia .

NOTA 23

A isenção das contribuições sociais usufruídas e outras isenções no ano de 2023 estão registradas na Conta de Isenções Usufruídas, demonstradas em contas de Resultado receitas e despesas.

Isenção Previdenciária:

Cota Patronal	SAT/RAT -INSS	Terceiros -INSS	Total
R\$ 4.393.381,25	R\$ 638.219,86	R\$ 1.233.891,71	R\$ 6.265.492,82

Isenção Receita Federal:

COFINS	PIS F. PAGTO
R\$ 329.433,80	R\$197.471,89

Total de isenções usufruídas no ano: R\$6.792.398,51;

NOTA 24

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC N.º. 1.125/08 que aprovou a NBC T 3.8 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC T 19.18;

NOTA 25

A Entidade apresenta Patrimônio descoberto no montante de R\$4.774.424,08, assim a continuidade de suas atividades depende de diversas medidas que a administração vem tomando para assegurar sua recuperação financeira e o alcance do equilíbrio econômico de suas operações. A Casa de Caridade de Pirai evidencia a necessidade de aporte financeiro, a administração está aplicando esforços com o objetivo de minimizar os impactos em seu fluxo de caixa. A continuidade das suas atividades operacionais dependerá do sucesso das medidas que estão sendo tomadas pela administração e, portanto, suas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidade em continuidade normal de suas atividades.

Pirai, 29 de abril de 2024.



Alberto Lemos de Freitas

Presidente



Helenisa F S Alves

TC CRCRJ05779603